



## CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

### ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DOS DIREITOS HUMANOS – REALIZADAS NOS DIAS 10 E 11 DE SETEMBRO DE 2015

No dia 10 e 11 de setembro de 2015 realizou-se a 9ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, na Sala Plenária do 10º andar da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República em Brasília/DF, com os seguintes pontos de pauta: aprovação das atas da 7ª Reunião ordinária, informe sobre a reunião da Mesa Diretora com a SDH, informe sobre a violência sofrida por integrantes do MEPCT/PE, informe sobre a Comissão Organizadora da 12ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, informe sobre a lei antiterrorismo, informe sobre a reforma Ministerial, reuniões das Comissões e GT's do CNDH, para elaboração dos respectivos atos de criação, Planejamento Estratégico do CNDH, violência contra povos indígenas, viabilização da continuidade dos Centros de Referência em DH, apresentação de vídeo pela ONG Artigo 19 e apresentação do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. Estiveram presentes na reunião os conselheiros **representantes da sociedade civil**: **Ivana Farina Navarrete Pena** (Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União - CNPG, titular); **Cristian Trindade Ribas** (Coletivo Nacional de Juventude Negra - ENEGRECER, titular); **Sandra Greco de Fonseca** (Aldeia Infantis SOS Brasil) **Everaldo Bezerra Patriota** (Ordem dos Advogados do Brasil - OAB); **Adelar Cupsinski** (Conselho Indigenista Missionário - CIMI, titular); **Leonildo José Monteiro Filho** (Movimento Nacional da População de Rua - MNPR, titular); **Rildo Marques de Oliveira** (MNDH), **Darci Frigo** (Plataforma Dhesca- Brasil); **Maria Madalena Nobre** (Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down - FBASD, suplente) e **Helena Martins do Rego Barreto** (Intervozes). Como conselheiros **representantes do Poder Público estiveram presentes**: o **Ministro Pepe Vargas** (SDH) **Pedro Saldanha** (Ministério das Relações Exteriores – MRE, suplente); **Bruno Vinícius Arruda** (Defensoria Pública da União – DPU, suplente); **Paulo Roberto Maldos** (SDH/PR, suplente); **Thiago Garcia** (SDH/PR, suplente) **Aurélrio Rios** (Procuradoria Geral da República, suplente) **Luciano Mariz Maia** (Procuradoria Geral da República, suplente); **Gabriel Sampaio** (Ministério da Justiça, titular); **Ronaldo Guilherme Campos** (Polícia Federal, titular); **Silvana Abramo** (Conselho Nacional de Justiça - CNJ, suplente). Estiveram presentes pela **Coordenação do CNDH**: **Cledisson Junior** (Coordenador-Geral do CNDH); **Cláudio Picanço Magalhães** (assessor do CNDH). A reunião contou também com a presença dos **Participantes**: **Luana Natuelle Basílio** (Plataforma Dhesca); **Mariana Bizinoto** (SPPDH/SDH) **Igor Valois** (PFDC/MPF); **Renata Studart** (CNPCT/SDH-PR), **Karolina Castro** (Coordenadora do Comitê de Combate à Tortura), **Mário Henrique Dittício** (SAL/MJ), **Júlia Lima** (Artigo 19), **Bruna Lóssio** (assessora – CNJ) e **Isis Siqueira Marra** (Assessora Senadora Vanessa Graziotin). Dando início à 9ª Reunião Ordinária, o Presidente do CNDH **Pepe Vargas (Ministro da SDH/PR)**, saudou a todas e a todos e colocou para a discussão o primeiro ponto de pauta que trata da aprovação da ata da 7ª Reunião Ordinária do CNDH. O Coordenador Geral do



## CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

CNDH **Cledisson Júnior (CNDH-SDH/PR)** disse que o conselheiro Patriota teria enviado por e-mail as modificações quanto a sua fala. A conselheira **Maria Madalena (FBASD)** disse que a conselheira Maria Dirlene já teria enviado um e-mail com as contribuições à ata da 7ª Reunião Ordinária. Dessa forma, a Secretaria Executiva do CNDH ficou de promover os ajustes, conforme as sugestões dos conselheiros, e enviar para a provação para a próxima plenária. O Presidente do CNDH **Pepe Vargas (Ministro da SDH/PR)** passou a palavra à Vice-presidente do CNDH **Ivana Farina (CNPB)** que fez o relato sobre a reunião da Mesa Diretora com a SDH. Segundo a conselheira, a Mesa Diretora teve uma reunião presencial em Brasília, na semana anterior à Plenária. A reunião tinha por objeto a coleta de informações necessárias para a discussão do planejamento estratégico do Conselho, que iria ocorrer na presente reunião Plenária. A comissão contou com a presença do conselheiro Paulo Maldos. A servidora que estaria designada pra comparecer e prestar as informações para a Mesa, não pôde comparecer por compromissos de agenda, dessa forma, o Coordenador Geral do CNDH fez contato com o Gabinete na qual informou que não haveria detalhamento orçamentário feito e que a proposta orçamentária a ser debatida pelo Congresso Nacional seria global. O conselheiro **Everaldo Patriota (OAB)** fez uma síntese do que foi apresentando, dizendo que o orçamento global da SDH é menor do que o do exercício anterior e que o detalhamento só poderá ser feito quando fosse aprovado e a mercê das contingências e que o Conselho não possui autonomia orçamentária. O conselheiro **Luciano Mariz Maia (PFDC)** disse que na discussão do Regimento Interno já havia objetivamente mencionado a importância da definição orçamentária do Conselho. Afirmou que as prerrogativas do CNDH conforme a lei e a presença de várias instituições da sociedade civil significam o empoderamento dessas instituições. Disse que a primeira fase que o Conselho passa é de construção de competências. Além disso, as parcerias firmadas com outras instituições podem ajudar no momento em que os recursos são escassos. Apresentou a proposta de direcionar um planejamento para o empoderamento da sociedade civil e dos parceiros institucionais. O presidente do CNDH **Pepe Vargas (Ministro da SDH/PR)** disse que o Conselho precisa ter uma proposta de execução orçamentária, definindo um plano nacional de atuação. Questionou qual seria o tamanho do orçamento necessário e qual a proposta orçamentária seria apresentada. Disse que a peça orçamentária vai tramitar pela comissão mista de orçamento, terá um relator designado, terão relatores setoriais designados e que em qualquer etapa, em qualquer fase é possível fazer o contato com relator e fazer detalhamentos na proposta orçamentária. Disse que à luz da realidade econômica, o governo tenciona apresentar propostas que visem aumento de receitas. Quanto à proposta orçamentária da SDH houve a expansão no que diz respeito aos recursos necessários para as realizações das cinco conferências nacionais, que envolve um gasto razoável, uma instância de participação social importante. Afirmou que existem alguns programas que não há como cortar recursos como o programa de proteção a testemunhas, como o programa de crianças e adolescentes ameaçados de morte, seja o programa de proteção de defensores de direitos. Também não haveria como cortar recursos da ouvidoria do que diz respeito ao disque 100. A conselheira **Helena Barreto (INTERVOZES)** reconheceu a crise econômica na qual vem acompanhando, porém defendeu que o Ministro leve como encaminhamento a elaboração de uma proposta mínima de garantia de recursos para o Conselho no



## CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

próximo ano. O conselheiro **Darci Frigo (Dhesca-Brasil)** reforçou as considerações apresentadas pela conselheira Helena de que tanto a Secretaria Executiva do Conselho, quanto o orçamento são peças fundamentais para a garantia da autonomia do CNDH. Criticou o poder judiciário que, nesse momento, enquanto as áreas sócias sofrem cortes, solicita verbas ainda maiores do orçamento nacional. Ressaltou que, considerando a importância do CNDH, à medida que a crise avança no país, são maiores as possibilidades de acontecer violações de direitos humanos. Nesse sentido, o Conselho não poderia ter cortes nos recursos orçamentários. Disse que seria importante que as instituições públicas que fazem parte do Conselho contribuam solidariamente no sentido de disponibilizar recursos para as ações do CNDH. Defendeu em seguida, que o CNDH tenha um orçamento próprio a partir do planejamento. Disse que o fortalecimento do Conselho irá depender das negociações, apresentou também como sugestão tentar recursos via emendas parlamentares para que o CNDH possa ter uma dotação maior. O conselheiro **Gabriel Sampaio (MJ)** disse que para o CNDH avançar nesse tema é necessário um planejamento estratégico consolidado, precisa ter a dimensão da previsão dos recursos para a execução das atividades. Afirmou que seria então importante avançar no planejamento estratégico do CNDH e que seria requisito básico para que se possa avançar em outras discussões. A Vice-presidente do CNDH **Ivana Farina (CNPQ)** disse que na elaboração de uma lei orçamentária você pode ter elementos de despesas já executados. O Conselho tem a previsão de reuniões Ordinárias, de quantas comissões ele estabeleceu, mas que essa previsão não pode ser apresentada de forma improvisada. Disse que a Mesa Diretora pode acolher essa demanda e ter o trabalho de coletar o quantitativo da despesa já executada esse ano e do CDDPH no ano anterior e fazer uma projeção. O Conselho em seu planejamento terá também que lidar com a possibilidade de suplementação de crédito, de alteração de grupos de despesa. Sugeriu que a SDH disponibilizasse um técnico da área orçamentária. Com isso, seria possível comparecer ao congresso com uma proposta de projeção. O Presidente do CNDH **Pepe Vargas (Ministro da SDH/PR)** disse que o encaminhamento apresentado seria o adequado. Que seria importante um servidor da área de gestão para fazer o levantamento das ações, um servidor da área do orçamento que faria o levantamento dos elementos de despesas realizadas pelos CNDH. Ressaltou que apesar do CNDH já ter a previsão das reuniões ordinárias, existe um fator imprevisível que é a quantidade de missões externas que serão realizadas. Seria possível também fazer opções por reuniões que custem menos para se destinar as ações externas das comissões. Disse acreditar que na próxima reunião da Mesa Diretora seria possível apresentar algum resultado. A Vice-presidente do CNDH **Ivana Farina (CNPQ)** ressaltou aos representantes da Mesa Diretora presentes de ter o compromisso de se debruçarem sobre os dados que vão ser levantados e sobre as projeções que possam ser feitas. O conselheiro **Darci Frigo (Dhesca-Brasil)** sugeriu que se fizesse um cálculo do custo de uma missão com cinco conselheiros, com o deslocamento de três conselheiros de um período de três a cinco dias e projetar duas missões por ano para cada comissão. O Presidente do CNDH **Pepe Vargas (Ministro da SDH)** seguiu para o segundo ponto de pauta da Plenária que trata do informe sobre a violência sofrida por integrante do mecanismo de prevenção e combate a tortura no estado de Pernambuco. A Vice-presidente do CNDH **Ivana Farina (CNPQ)** apresentou histórico do caso que foi apresentado no final da 8ª reunião ordinária. O fato ocorreu no estado do Pernambuco onde um integrante do mecanismo



## CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

Estadual de Prevenção e Combate à Tortura sofreu violência e preconceito de um agente penitenciário durante uma visita às instalações do presídio. A integrante do Mecanismo Maria Clara que é transexual, foi insultada, hostilizada e agredida pelo agente penitenciário. O agente chamava a Maria Clara de José, chamou-a de “viado”, sacou a pistola e a ameaçou. O Mecanismo Estadual de Combate à Tortura emitiu então uma nota e levou ao conhecimento do Ministério Público. O conselheiro Luciano Mariz Maia manteve contato com as autoridades locais, em especialmente com o Ministério Público, representado pelo Doutor Marco Aurélio Faria, coordenador da área de direitos humanos. Após a 8ª reunião ordinária do CNDH, conforme foi deliberado, entrou em contato com as autoridades locais. As informações colhidas mostraram que a situação se desdobrou de forma mais grave. O agente penitenciário, autor das ações criminosas, compareceu após a retirada dos integrantes do Mecanismo, a uma delegacia de polícia, dizendo-se vítima. O referido agente lavrou o Boletim de Ocorrência e, de posse do documento, foi à mídia sendo apoiado pelo sindicato dos agentes penitenciários. Apesar disso, o Ministério Público Estadual já tendo conhecimento das ações da vítima Maria Clara, como uma defensora de direitos humanos, partindo dos fatos, na localidade de Santa Cruz do Capibaribe, abriu um inquérito a cargo da autoridade local, com o acompanhamento do Promotor de Justiça. Em Recife há uma sindicância em andamento, com o acompanhamento do promotor de execução de Recife, e do Secretário de Direitos Humanos. Informou que a vítima está sob proteção do estado de Pernambuco e que o agente foi afastado de suas funções. Diante da gravidade dos fatos sugeriu que o CNDH recepcionasse a denúncia em sua Comissão de Defensores dos Direitos Humanos. O conselheiro **Luciano Mariz Maia (PFDC)** defendeu que a denúncia seria mais adequadamente tratada no âmbito do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. Justificou que no âmbito do Sistema, tão logo se teve o conhecimento, foram comunicadas às autoridades locais. O Secretário de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos aderiu prontamente às medidas necessárias com transparência e expressando responsabilidade das autoridades do estado de Pernambuco em apurar adequadamente. A atitude do agente de ter acionado a polícia reverterá contra ele, pois se trata de denúncia caluniosa, além da ameaça de morte e do constrangimento ao equiparável agente público no exercício de suas funções, que são os membros do Mecanismo. O estado de Pernambuco está apurando o fato há 30 dias. Mencionou que o que vai valer a pena para o Conselho, é deliberar no sentido de apoiar e fortalecer os órgãos do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. Entende que as providências que foram adotadas estão sendo suficientes, além da comunicação que está sendo feita. O presidente do CNDH **Pepe Vargas (Ministro da SDH/PR)** disse que o Conselho precisa tomar uma decisão para o recebimento da denúncia, que poderia seguir o fluxo do recebimento de denúncia do CNDH aprovado, e que precisa ser devidamente protocolado para o envio à Comissão. O conselheiro **Everaldo Patriota (OAB)** ressaltou que se for tudo apurado corretamente não será necessária a sanção pelo Conselho. O agente irá responder pelos crimes e poderá ser demitido do serviço público. O Presidente do CNDH **Pepe Vargas (Ministro da SDH/PR)** passou para o próximo informe que trata da Comissão Organizadora da 12ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos. O conselheiro **Cristian Ribas (ENEGRECER)** inicialmente trouxe a informação que o deputado Paulo Pimenta, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara tem interesse em participar como conselheiro, conforme



## CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

informação de sua assessora Marina, que esteve presente na reunião da Comissão Organizadora. Solicitou que enviasse o convite das Plenárias e aguardasse a formalização de sua indicação. Em relação à Conferência, disse que a Comissão Organizadora fez uma discussão ampla sobre como as conferências estão acontecendo. Em relação à Conferência de Goiás, existia uma preocupação quanto à data, pois estaria prevista para o dia 16 setembro. Disse que o conselheiro Rildo apresentou sua preocupação da falta de mobilização da sociedade civil nesse processo. Como encaminhamento ficou decidido que o Comitê Executivo das Conferências solicitasse o adiamento dessa Conferência. Lembrou que o Regulamento da Conferência apresenta o prazo de até o dia dois de outubro para que os gestores municipais possam convocar as conferências municipais e regionais, e os estados até o dia 17 de outubro, podendo as municipais ser realizadas até o mês de novembro. Uma proposta a ser encaminhada para a SDH seria a elaboração de um documento mobilizador que traga uma síntese do Regimento Interno da Conferência. O objetivo é que as comissões organizadoras sejam compostas especialmente pelos conselheiros e conselheiras de direitos humanos dos estados. Foi encaminhado também que a comissão organizadora entende que seria importante construir uma reunião em Brasília com os gestores, os presidentes dos conselhos estaduais dos direitos humanos, no sentido de se construir um espaço qualificado de debate. Disse que o Coordenador Geral Cledisson Junior informou que haveria uma agenda do Ministério da Justiça com os gestores dos estados em torno do pacto de redução dos índices de homicídios e que essa agenda poderia ser uma forma de facilitar a realização desse encontro. A conselheira **Helena Barreto (Intervozes)** disse que seria importante que o CNDH tivesse um mapeamento das datas das conferências municipais, regionais e estaduais para o envolvimento dos conselheiros e conselheiras na articulação do processo e no acompanhamento. Poderia haver uma divisão por estados, por conselheiros que sejam mais próximos geograficamente. O conselheiro **Cristian Ribas (ENEGRECER)** listou as datas das conferências estaduais que estão marcadas: Distrito Federal no dia 20 a 27 de fevereiro de 2016, Goiás do dia 16 de setembro, no Mato Grosso, nos dias 13 a 16 de outubro, em Minas Gerais nos dias 5 a 6 de novembro, no Paraná nos dias 10 a 12 de dezembro, Rio Grande do Sul 11 e 12 de dezembro e Tocantins nos dias 10 e 11 de dezembro. A conselheira **Helena Barreto (INTERVOZES)** apresentou sua preocupação quanto à participação dos conselheiros nas conferências que já estão agendadas, que inclusive, o conselho deve acompanhar. Disse que a Conferência, conforme discutido inicialmente, seria um espaço para a apresentação do Conselho, de forma a fazer um diálogo com a sociedade. O conselheiro **Leonildo Monteiro (MNPR)** apresentou a situação da conferência do Paraná que estaria solicitando a sua realização para março de 2016, devido às condições financeiras da Secretaria de Justiça. O presidente do CNDH **Pepe Vargas (Ministro da SDH/PR)** ressaltou que as conferências precisam acontecer em um tempo hábil para que ocorra a sistematização pela SDH de todos os documentos que vêm dos estados. O conselheiro **Darci Frigo (DHESCA-Brasil)** defendeu a realização de uma reunião de um dia com representantes da sociedade civil e de gestores dos estados para um debate sobre os temas das conferências, sobre o processo de mobilização e a linha política que quer se imprimir nas conferências. O conselheiro **Rildo Marques (MNDH)** reforçou a emergência de se fazer um documento mobilizador para estimular os movimentos, a sociedade civil, os conselhos de estado. Quanto à reunião com a presença de gestores e



## CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

representantes da sociedade civil, considerando as dificuldades financeiras, que seja realizada pelo menos uma vídeoconferência. Disse que quanto à mudança de datas, o estado de São Paulo já descartou a possibilidade de se realizar as conferências municipais. A saída é a realização de conferências regionais para dar uma maior amplitude de participação. Reforçou que as comissões dos estados e nacional trabalhem de forma integrada para garantir a realização de uma boa conferência. O conselheiro **Adelar Cupsinski (CIMI)** reforçou o entendimento dos conselheiros Frigo e Rildo da necessidade de se realizar uma reunião mobilizadora e da necessidade de se construir o texto base e o documento mobilizador. O conselheiro **Cristian Ribas (ENEGRECER)** relatou a conferência realizada em Tocantins em que quatro conferências regionais já aconteceram, tendo tido um baixo aproveitamento pela sociedade civil. Aconteceu em uma universidade pública, onde os integrantes dessa universidade foram mobilizados. Após a mesa de abertura, nos dias seguintes abriram-se quatro salas, esse público se direcionou pra cada sala. Numa sala aconteceu a Conferência LGBT, na outra sala aconteceu a Conferência de Direitos Humanos e a outra do idoso, representando um processo muito frágil. O conselheiro **Rildo Marques (MNDH)** lembrou a proposta de se conjugar o encontro dos gestores para a mobilização da conferência, com a reunião que o MJ iria fazer com gestores. O conselheiro **Gabriel Sampaio (MJ)** disse que iria verificar a procedência da informação da reunião do MJ com os gestores. A conselheira **Helena Barreto (Intervozes)** disse que a mobilização dos gestores é mais formal, podendo até acontecer pelo envio de ofícios. O que não se resolveria facilmente seria o convencimento da sociedade civil de que a conferência é um espaço importante e reforçou a importância da reunião principalmente para a sociedade civil. O Presidente do CNDH **Pepe Vargas (Ministro da SDH)** disse que existe o problema de convocar os gestores e a convocatória não ser eficaz. Disse que já há na SDH um diálogo com os gestores estaduais e municipais, principalmente das capitais e que em conversa com vários gestores eles não acharam necessária a convocatória da Conferência e eles mesmos tomariam a iniciativa, tendo o apoio da SDH. Quanto aos municípios, os dados mostram que apenas seis vírgula quatro por cento dos municípios contêm uma estrutura exclusiva de direitos humanos e que em torno de quarenta por cento tem alguma estrutura de direitos humanos diluída em um conjunto de outras políticas públicas. Quanto à participação da sociedade civil, os gestores não tem recurso para passagens e diárias. Disse que seria possível trabalhar numa perspectiva de reunião com um representante de cada conselho estadual. Se no processo houver dificuldade de viabilizar essa reunião presencial, seria possível ser realizada por meio de vídeo conferência. O conselheiro **Darci Frigo (DHESCA Brasil)** disse que até o dia seguinte daria para estabelecer a data da reunião. O Presidente do CNDH **Pepe Vargas (Ministro da SDH)** disse que poderiam estabelecer uma data como referência no segundo dia da reunião Plenária. A conselheira **Helena Barreto (Intervozes)** disse que a vídeo conferência não é excludente e poderia ser utilizada para reuniões de acompanhamento. O presidente do CNDH **Pepe Vargas (Ministro da SDH)** disse que quanto às Conferências estaduais que já possuem datas marcadas seria importante estabelecer a forma de acompanhamento e que o CNDH se fizesse presente pelo conselheiro de cada estado ou mais próximo possível. O conselheiro **Darci Frigo (DHESCA-Brasil)** disse que seria importante que cada conselheiro assumisse o compromisso de ir em uma conferência. O Presidente do CNDH **Pepe Vargas (Ministro da SDH)** apresentou o encaminhamento de que a



## CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

Comissão Organizadora fizesse uma proposta até o dia seguinte com base nas conferências que estão marcadas. Quanto ao documento mobilizador, que teria no máximo duas páginas, seria construído em conjunto com o Comitê Executivo das Conferências. O conselheiro **Cristian Ribas (Enegrecer)** disse que a comissão organizadora da conferência LGBT fez uma mensagem via whatsapp com uma arte simples e promoveu a convocação. Os conselheiros Cristian e Rildo ficaram de elaborar o documento. A conselheira **Helena Barreto (Intervozes)** disse que já havia elaborado um texto desde abril que poderia ser utilizado para convocação da reunião com os gestores e representantes da sociedade civil, bastando fazer a atualização das datas. O conselheiro **Cristian Ribas (ENEGRECER)** disse que a data da conferência em Goiás divulgada estava desatualizada e que eles irão realizar sua Conferência Estadual em dezembro, já o estado do Mato Grosso que tem previsão de realizar sua conferência nos dias 13 e 16 de outubro seria importante um contato para o adiamento. Em seguida, houve a apresentação dos novos conselheiros **Mário Henrique Ditticio (MJ)** e **Bruno Vinicius Batista (DPU)**. O conselheiro **Paulo Maldos (SDH/PR)** apresentou o ponto de pauta seguinte que trata da reforma ministerial. Disse que as informações que tem não são muitas, mas que há mesmo uma proposta de reacomodação, de uma economia de recursos e concentração de responsabilidades, um redesenho de uma parte dos ministérios. Existem diferentes cenários sendo analisados pelo Ministério do Planejamento e nenhum outro ministério tem qualquer informação precisa sobre o que está sendo construído. O conselheiro **Everaldo Patriota (OAB)** disse que há uma agenda conservadora tomando conta da condução política do país e que essa agenda conservadora sempre se opôs que os direitos humanos tivessem uma secretaria, que as mulheres tivessem uma secretaria. Ressaltou que a decisão é política. Sugeriu que o CNDH enviasse um pedido para os líderes partidários informando que o CNDH acha importante a manutenção dessa Secretaria. Entende que a manifestação deva ser do Conselho, e entende que, para os representantes governamentais, fica difícil votar essa deliberação. Ressaltou a situação atual de violações diárias de direitos humanos, como no caso dos indígenas, do sistema prisional e a importância do Conselho em suas recomendações que estão sendo exitosas como no caso das audiências de custódia. O conselheiro **Paulo Maldos (SDH/PR)** defendeu que a manifestação fosse feita pela sociedade civil, a partir de sua participação social e não pelo CNDH, pois, por ser um órgão do estado, poderia gerar algum constrangimento. O conselheiro **Adelar Cupsinski (CIMI)** concordou com a necessidade de se fazer uma manifestação da sociedade civil a partir da mobilização dos conselheiros e que pudesse circular nos movimentos sociais, agregando mais adesões. Manifestou-se contrário a fusão das Secretarias, pois entende a importância histórica das lutas das mulheres e do movimento negro. Disse que por conta dessa visibilidade foi possível ouvir em uma audiência que a cultura negra está humanizando o Brasil. **Luciano Mariz Maia (PFDC)** ressaltou o percurso histórico da SDH, criado no governo Fernando Henrique Cardoso, que já teve o comando dos então secretários José Gregori, Gilberto Saboia, Paulo Sergio Pinheiro, Nilmário Miranda, Mario Mamede, Paulo Vanuchi, Maria do Rosário e Ideli Salvatti. Defendeu que o Conselho tenha independência e que possa fazer uma nota em defesa da continuidade da SDH. Disse que teria uma reunião e por isso teria que se ausentar da plenária, mas deixou o apoio à moção pelo Conselho de continuidade da Secretaria, e que, caso o Conselho abdicasse dessa posição, ficaria a posição da Procuradoria Geral



## CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

da República, da PFDC, que não seja o governo da presidenta Dilma a decretar uma sentença de morte de um Ministério de Direitos Humanos. O Presidente do CNDH **Pepe Vargas (Ministro da SDH/PR)** disse que queria deixar muito claro que o governo não está fazendo nada as escondidas e que em uma reunião da coordenação de governo, o Ministro do Planejamento colocou que o Ministério do Planejamento está incumbido pela Presidência da República de fazer uma análise, um estudo para fazer propostas que a imprensa tá chamando de reforma administrativa ou reforma ministerial, mas se trata de fazer propostas que visam à redução de gastos e enxugamento da máquina administrativa dentro do que for possível sem comprometer as políticas públicas. Não estaria em jogo o fim de uma política de direitos humanos, não estaria em jogo o fim de uma política de promoção da igualdade racial, não estaria em jogo o fim de uma política de defesa dos direitos das mulheres. Disse que qualquer gestor público sempre procura otimizar os seus recursos, otimizar a sua capacidade de gestão. O que se poderia estar sendo colocado em discussão seria se a Secretaria de Direitos Humanos continuará tendo status de Ministério. A conselheira **Ivana Farina (CNPQ)** disse que a ideia da nota apareceu em uma reunião da Mesa Diretora que não teve a participação do Ministro e que foi então a indicada para redigir o esboço de uma nota. O fez com o foco específico na SDH, em uma nota curta e técnica, não entrando em detalhes da organização político-governamental. O conselheiro **Cristian Ribas (ENEGRECER)** defendeu que não se tratava de apenas garantir uma Secretaria de Direitos Humanos forte, desvinculada do Ministério da Justiça, mas garantir a não fusão com as Secretarias das Mulheres e de Igualdade Racial. O documento deveria ser uma manifestação pela manutenção das estruturas dessas secretarias. Disse que movimentos da sociedade civil do movimento negro se manifestaram não apenas em defesa da SEPPIR como também da SDH e SPM. O conselheiro **Gabriel Sampaio (MJ)** afirmou que, dentro das suas competências constitucionais, a Presidenta da República iria tomar uma decisão que estará em plena consonância quanto ao histórico do governo nas políticas de direitos humanos. Relembrou as diversas instituições criadas pelo atual governo na defesa dos direitos humanos como a Comissão Nacional da Verdade, o Comitê de Combate à Tortura e a própria criação do CNDH. O conselheiro **Everaldo Patriota (OAB)** reforçou que a nota deva ser redigida e encaminhada pelas entidades, mostrando a preocupação com a reforma ministerial e a manutenção da SDH. A conselheira **Silvana Abramo (CNPQ)** ressaltou a importância e o peso das manifestações que estão sendo feitas na Plenária do CNDH, quando à reforma ministerial. O conselheiro **Darci Frigo (DHESCA-Brasil)** lembrou que na crise de 2005 houve a perda pela SDH do status de Ministério e que, por isso, seria importante assinar uma nota contra qualquer possibilidade de retrocesso em relação aos direitos humanos. Disse que a SDH deveria ser um ministério efetivo, ser ampliado ainda mais, do ponto de vista da importância da efetivação do PNDH 3. Defendeu que, em nome das organizações e entidades se fizesse essa manifestação e se buscasse a adesão de outras entidades. O conselheiro **Bruno Arruda (DPU)** disse que existe uma publicação da SDH que conta a história da SDH de 2003 a 2010. Nela está escrita que “no segundo semestre de 2005 a história da SDH foi marcada por um retrocesso, rebaixada de seu status ministerial, ela passou a ser uma unidade dentro da Secretaria Geral da Presidência, foi um curto período de tempo em torno de cinco meses, mas com impactos negativos na política desenvolvida. O fato, além do simbolismo institucional para com o tema direitos humanos, dificultou as ações



## CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

da secretaria, principalmente no que diz respeito à execução orçamentária e a implementação de projetos. Considerando a ação da sociedade civil organizada, que apontou tal medida como atraso no âmbito dos direitos humanos e após a avaliação dos impactos negativos nacional e internacional naquela decisão, o órgão recuperou status ministerial de secretaria especial ligada diretamente a estrutura da Presidência da República em dezembro do mesmo ano com a publicação 11.204.” Reforçou a necessidade da elaboração da nota, como alerta para que experiências negativas do passado não se repetisse. O conselheiro **Rildo Marques (MNDH)** disse que se o entendimento geral é que o documento seria das entidades dos conselheiros e não do CNDH, as entidades elaborariam o documento e fariam as adesões. Dessa forma, não caberia mais a discussão sobre esse documento no Conselho. Reforçou também que o tempo seria curto para discutir as pautas da reunião plenária. Sendo assim, se passaria logo para outro ponto de pauta. A proposta foi acatada pelos conselheiros, sendo colocado para discussão o ponto de pauta que trata da lei antiterrorismo. O conselheiro **Gabriel Sampaio (MJ)** disse que o projeto de lei é de iniciativa do poder executivo, na qual o Ministério da Justiça acompanha. A justificativa da proposta parte dos compromissos internacionais assinados pelo Brasil, partindo de uma dimensão do artigo 4º e o artigo 5º da Constituição Federal que colocam para o estado brasileiro o repúdio ao terrorismo. O Brasil historicamente assinou todos os tratados internacionais que tratam sobre a matéria. Esses tratados trazem um conjunto de compromissos pra preenchimento deste conteúdo, a matriz constitucional e uma matriz baseada nas convenções internacionais. A partir desse compromisso o Brasil tem sido cobrado pela comunidade internacional pra que adeque a sua legislação a esses compromissos. Disse que desde 1991 há projetos tratando sobre o tema. A metodologia adotada pelo executivo foi aproveitar a lei das organizações criminosas pra enfrentar algumas lacunas. A proposta tem como ponto central evitar qualquer tipo de associação entre condutas de terrorismo e condutas de movimentos sociais. O conselheiro **Everaldo Patriota (OAB)** disse que vários juristas e a própria Comissão de Direitos humanos da OAB já se manifestaram contra a emenda que foi feita ao projeto colocando que o dano à propriedade será considerado como ato de terrorismo. Na forma como está a proposta, um juiz poderia entender que a obstrução de uma estrada por movimentos sociais poderia ser considerado um ato terrorista. Finalmente, perguntou se o governo continua defendendo o projeto original. O conselheiro **Gabriel Sampaio (MJ)** disse que o MJ dentro do debate político, tem tentado dialogar e que a ideia é procurar retomar a lógica de não criminalização dos movimentos sociais. Parte das polêmicas, diz respeito a como caracterizar os atos terroristas. O que é essencial e que estava na proposta original é que se faça uma ligação entre a tipificação penal já existente e as motivações e finalidades que orientam a compreensão essencial do que é o fenômeno do terrorismo. A conselheira **Helena Barreto (Intervozes)** disse que quando um país tipifica uma ação de terrorismo é pela dificuldade de se fazer uma correlação de fato. Mesmo a correlação da intenção, ela ainda recai na possibilidade ou interpretação sobre a intenção. A intenção não é algo objetivo, pouquíssimas vezes ela está dita. Sugeriu ao conselheiro Patriota, que defenda que a OAB se posicione contra o projeto, porque o Brasil já possui regras exaustivas que vão atuar em relação à possibilidade de crimes no geral. Disse que não seria a toa que o debate internacional ainda não evoluiu no sentido da tipificação em vários países. Inclusive países que vivenciam a possibilidade de terrorismo de uma



## CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

408 maneira muito mais frequentemente do que o Brasil, não tipificaram, porque é difícil  
 409 fazer essa tipificação sem correr o risco de criminalizar os protestos sociais. Disse que  
 410 se tornaria mais perigoso quando se tem no Brasil um sistema judiciário formado para a  
 411 defesa do patrimônio e muitas vezes para criminalização dos protestos. Enquanto já tem  
 412 um sistema carcerário superlotado, o Estado estaria reforçando o aumento de penas. O  
 413 conselheiro **Darci Frigo (Dhesca Brasil)** manifestou que as organizações das quais faz  
 414 parte tem posição contrária ao projeto. Lembrou que a Lei de Segurança Nacional foi  
 415 aplicada no Rio Grande do Sul recentemente contra o MST. Sugeriu a retirada da  
 416 urgência desse projeto no Senado Federal. O conselheiro **Ronaldo Guilherme Campos**  
 417 **(PF)** disse que entende a dificuldade, mas que é necessário que o estado brasileiro  
 418 legisle a respeito. Defendeu que o Conselho não se oponha ao trâmite da matéria, mas  
 419 com pontos que possam afetar o direito humano a livre manifestação. O conselheiro  
 420 **Cristian Ribas (Enegrecer)** disse que estava de acordo com os posicionamentos da  
 421 conselheira Helena e do conselheiro Frigo e que, por exemplo, os indígenas muitas  
 422 vezes fazem uma intervenção radical pra que a sua pauta apareça. Disse que a ação da  
 423 população na favela, de atear fogo aos ônibus, quando acontece o assassinato de uma  
 424 criança pela polícia é uma forma de dar visibilidade ao que tá acontecendo naquela  
 425 comunidade. Sugeriu que o Conselho se manifeste recomendando a não aprovação  
 426 dessa lei. O conselheiro **Rildo Marques (MNDH)** colocou como questão de ordem que  
 427 a questão que foi trazida como um informe e que para um debate precisaria ser uma  
 428 pauta específica, de uma sessão inteira. O Presidente do CNDH **Pepe Vargas (Ministro**  
 429 **da SDH)** disse que como se trata de um informe, não caberia uma deliberação. O  
 430 conselheiro **Adelar Cupsinski (CIMI)** disse que se trata de um tema complexo,  
 431 delicado, e como se trata de um informe, solicitou que o Ministério da Justiça tenha  
 432 cautela com esse tema nesse momento. A conselheira **Maria Madalena (FBASD)**  
 433 convidou o Ministro Pepe Vargas para abrir o sétimo Congresso Brasileiro de Síndrome  
 434 de Down e o segundo encontro latino americano, que ocorrerá nos dias 15 a 17 de  
 435 outubro em Curitiba. O Presidente do CNDH **Pepe Vargas (Ministro da SDH)** disse  
 436 que recebeu o convite há 60 dias e agradeceu a reafirmação do convite. Após o almoço  
 437 a reunião Plenária foi conduzida pela Vice-presidente do CNDH **Ivana Farina**  
 438 **(CNPB)**. No início da reunião a conselheira **Sandra Greco (Aldeias Infantis)**, que é  
 439 suplente da conselheira Vera Paiva (CNP) saudou a todos e se apresentou aos presentes.  
 440 A Vice-presidente do CNDH **Ivana Farina (CNPB)** colocou em pauta a elaboração  
 441 dos respectivos atos de criação das Comissões do Conselho. Em seguida, apresentou as  
 442 minutas de cada comissão a serem trabalhadas pelos integrantes. O conselheiro **Rildo**  
 443 **Marques (MNDH)** informou que o Movimento Nacional de Direitos Humanos passou  
 444 por um processo eleitoral e de maneira muito salutar fez a troca da sua coordenação.  
 445 Despediu-se dos Conselheiros e informou que para a próxima reunião deverá ser  
 446 convocada a representante do MNDH Lurdinha Nunes. Em seguida, o conselheiro  
 447 **Rildo Marques (MNDH)** atualizou as informações sobre a chacina de Barueri e  
 448 Osasco. Disse que o Conselho Estadual de Defesa da Pessoa Humana fez uma audiência  
 449 pública em Osasco, convocando algumas autoridades locais. Durante as investigações  
 450 foram identificados dezoito agentes públicos possivelmente associados ao crime, um  
 451 deles já está preso. Esses grupos de extermínio têm agido há alguns anos, porém não há  
 452 meios eficientes no sistema de justiça, que coloque um fim nessas ações. Disse que os  
 453 movimentos pedem a federalização desse e de outros casos similares. Cobrou que o



## CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

governo se manifestasse publicamente sobre todos esses fatos, sob pena de estarmos vivendo na prática um estado de exceção, como se a República Federativa do Brasil não tivesse interesse na apuração dos fatos. A vice-presidente do CNDH **Ivana Farina (CNPB)** disse que a fala do conselheiro Rildo se fez necessária em virtude do que se tinha deliberado na Plenária passada sobre o pedido do CONANDA de uma agenda conjunta em São Paulo, para tratar da chacina de Osasco, mas relembrou que há a necessidade de retomada da pauta da reunião no que se refere à construção do documento das Comissões do Conselho. O conselheiro **Ronaldo Guilherme (PF)** disse que há um inchaço das polícias militares e que isso é parte do problema dos grupos de extermínio. Esse inchaço das polícias militares dá visibilidade aos governadores e aparentam uma sensação de segurança. O aumento das polícias militares tem sido em detrimento da polícia de investigação criminal. Disse que tem que haver a repressão criminal a altura da prevenção, que garanta uma investigação autônoma e imparcial. Disse acreditar que a federalização não seja a solução. Após a apresentação do informe os representantes das comissões reuniram-se com vistas à elaboração das resoluções que criam as respectivas comissões. A Vice-presidente do CNDH **Ivana Farina (CNPB)**, juntamente com o Coordenador Geral do CNDH **Cledsson Junior** foram incorporando as sugestões de modificações nas minutas, conforme foram feitos destaques pelos conselheiros. Após a aprovação das resoluções a conselheira **Silvana Abramo (CNJ)** propôs que o Conselho fizesse um reconhecimento e uma homenagem ao conselheiro Rildo que estava participando de sua última reunião como conselheiro. As homenagens ao conselheiro Rildo Marques foram transferidas para o segundo dia da reunião ordinária. A Presidente do CNDH **Ivana Farina (CNPB)** deu por encerrado o primeiro dia da 9ª Reunião Ordinária. O segundo dia da reunião ordinária teve início com a discussão do ponto de pauta sobre o planejamento estratégico do CNDH. O conselheiro **Darci Frigo (DHESCA Brasil)** questionou a Mesa Diretora o que faltaria para o processo de estruturação do Conselho, para que em seguida se iniciasse o mais rápido possível o processo de planejamento estratégico. A Vice-presidente do CNDH **Ivana Farina (CNPB)** reforçou que a Mesa Diretora veio à Brasília e que não houve a presença de servidora que iria tratar da questão do orçamento e que, dessa forma, a Mesa Diretora não teve acesso ao detalhamento orçamentário. Disse que a Mesa Diretora irá solicitar uma reunião com o gestor para que, por meio das despesas realizadas e despesas previstas, além das atividades desenvolvidas, se possa fazer uma projeção considerando pelo menos duas reuniões de cada Comissão. O conselheiro **Cristian Ribas (ENEGRECER)** disse que o planejamento que o CNDH tem que fazer, é um planejamento político das prioridades, que garanta o funcionamento das Comissões. A conselheira **Maria Madalena (FBSAD)** disse que o Planejamento Estratégico é uma ferramenta gerencial que demanda técnica e metodologia. Sugeriu que a secretaria viabilizasse um consultor, um profissional da área, ou que buscasse um profissional para o planejamento estratégico, em parceria com outros órgãos públicos. O conselheiro **Rildo Marques (MNDH)** concordou com a conselheira Maria Madalena e sugeriu que a Mesa Diretora encaminhasse a proposta da busca de um profissional para o planejamento estratégico. O conselheiro **Gabriel Sampaio (MJ)** disse que realmente o planejamento estratégico é algo que precisa de um nível de técnica, para que se possa estabelecer com clareza as prioridades, os direcionamentos. Disse que iria verificar com o Ministério da Justiça formas de colaborar com esse processo. Lembrou que o debate



## CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

do orçamento desse ano não tem espaço pra mudança, por uma questão legal, mas que poderá ser planejado para o próximo ano, partindo de uma avaliação das demandas. A conselheira **Silvana Abramo (CNJ)** disse que o planejamento estratégico estava sendo tratado com uma necessidade absoluta e questionou o sentido dessa urgência, pois esses planejamentos passam por modelos de competências e por resultados, e que não necessariamente seria isso que o Conselho precisasse. Disse que a criação do Regimento Interno e das comissões já trata de alguma forma do planejamento que o Conselho quer atuar. O conselheiro **Ronaldo Guilherme Campos (PF)** disse que o Estado tem a fama de ser mau gastador e o planejamento estratégico irá diminuir as possibilidades de inefetividade. O conselheiro **Bruno Arruda (DPU)** disse que do ponto de vista formal, o planejamento sempre vem primeiro e depois se sabe o quanto que se vai gastar e que o orçamento do conselho é na verdade o orçamento da SDH. A conselheira **Sandra Greco (Aldeias Infantis)** disse que a sua instituição já realiza o planejamento estratégico há dez anos e é uma ferramenta realmente bastante importante. Disse que o facilitador do planejamento apenas orienta, mas quem dá o marco político é o Conselho. As comissões já são os eixos do planejamento. Então se as comissões começarem a trabalhar e apontar os temas estratégicos, esse já é o norte para o planejamento. Finalizou informando que sua organização tem uma pessoa habilitada internacionalmente para fazer o planejamento estratégico e que estaria a disposição do Conselho para fazer o planejamento, inclusive com os materiais específicos para o planejamento. A Vice-presidente do CNDH **Ivana Farina (CNPQ)** fez o encaminhamento de acolher a proposta da conselheira Sandra Greco, que disponibilizou uma técnica habilitada para realizar o planejamento estratégico do CNDH. Em seguida, os conselheiros e as conselheiras prestaram homenagens ao conselheiro Rildo Marques por sua trajetória no CNDH e por ser sua última participação na Plenária do Conselho. O conselheiro **Adelar Cupsinski (CIMI)** destacou que o conselheiro Rildo Marques abriu mão de muitos convites profissionais para se dedicar a proteção e a defesa de direitos humanos e que possui uma sensibilidade com a questão indígena. A conselheira **Helena Barreto (INTERVOZES)** ressaltou que irá fazer muita falta ao Conselho à densidade da análise e a colaboração constante. Lembrou a participação do conselheiro nas diversas ações de combate à violência, como no caso da Verônica Bolina. Agradeceu pela oportunidade de aprender e se colocou a disposição na construção das lutas em Direitos Humanos. O conselheiro **Darci Frigo (DHESCA - BRASIL)** agradeceu ao Rildo pela sua disponibilidade ao diálogo e reconhecer o compromisso dele na defesa dos Direitos Humanos no estado de São Paulo. Agradeceu a contribuição ao Conselho e por sua amizade. O conselheiro **Aurélio Rios (PGR)** destacou a capacidade do conselheiro Rildo em ver os processos em curso no país e pela atuação em todas as pautas que envolvem os direitos humanos. O conselheiro **Pedro Saldanha (MRE)** destacou a defesa sempre contundente de todas as causas que o conselheiro Rildo advoga, tendo sempre uma atuação extremamente equilibrada, ponderada. O conselheiro **Ronaldo Guilherme (PF)** ressaltou a visão do conselheiro como representante da sociedade civil, que é fundamental para trazer aos representantes do poder público, uma visão qualificada das denúncias de violações dos direitos humanos. O conselheiro **Gabriel Sampaio (MJ)** disse que a atuação do conselheiro Rildo serve de inspiração para as novas gerações na luta a favor dos direitos humanos e que sempre contasse com o apoio do CNDH. O Coordenador Geral do CNDH **Cledisson Junior**



## CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

546 **(CNDH/SDH)** desejou sucesso e lembrou que brevemente iriam se encontrar na  
547 conferência estadual de São Paulo. O conselheiro **Paulo Maldos (SDH)** disse que o  
548 conselheiro Rildo representa um dos movimentos mais antigos de direitos humanos no  
549 país, mas mesmo assim, mostra uma facilidade em se adaptar a agenda de luta  
550 contemporânea. O conselheiro **Everaldo Patriota (OAB)** relembrou a sua luta no  
551 movimento estudantil contra o AI-5, contra a ditadura e que o conselheiro Rildo  
552 Marques está presente em todas as batalhas e se adapta a todas elas com uma visão de  
553 águia, com uma visão muito holística das coisas. O conselheiro **Leonildo Monteiro**  
554 **(MNPR)** agradeceu os ensinamentos do conselheiro Rildo Marques e disse que tem  
555 posto em prática em sua atuação na ponta, no território. A conselheira **Sandra Greco**  
556 **(Aldeias Infantis)** disse que o conselheiro Rildo Marques representa um sentimento de  
557 boa acolhida e solidariedade, desejou boa sorte, felicidade e paz. A conselheira **Silvana**  
558 **Abramo (CNJ)** disse que o conselheiro Rildo Marques sempre esteve presente no  
559 Conselho com um altíssimo grau de responsabilidade em suas colocações, fazendo  
560 intervenções para a construção desse Conselho e que descobriu que se conheciam há  
561 mais de trinta anos em São Paulo, pois participavam de um movimento na Zona Leste,  
562 sobre a questão fundiária. A conselheira **Maria Madalena (FBASD)** disse que a busca  
563 de uma utopia promove a caminhada e que a caminhada em defesa dos direitos humanos  
564 não tem volta, é uma busca eterna por justiça, por uma sociedade mais justa. Finalmente  
565 leu uma proposta de moção ao conselheiro: “o Conselho Nacional dos Direitos  
566 Humanos, na permanente promoção de defesa dos direitos humanos, atribui moção de  
567 louvor ao conselheiro Rildo Marques em atribuição a sua valorosa e imaculada  
568 contribuição ao Conselho Nacional dos Direitos Humanos da Secretaria de Estado dos  
569 Direitos Humanos da presidência da República. Brasília, 11 de setembro de 2015.” O  
570 conselheiro **Bruno Arruda (DPU)** agradeceu pela atuação do conselheiro que permitiu  
571 que o Brasil viva hoje num estado mais justo e democrático. O conselheiro **Cristian**  
572 **Ribas (ENEGRECER)** disse que o movimento de juventude sempre reconheceu no  
573 conselheiro Rildo o compromisso e a solidariedade. Citou uma frase de Martin Luther  
574 King que fala que “nós precisamos ser diques de coragem para conter as correntezas de  
575 medo e que o conselheiro representa esse dique de coragem. O conselheiro **Rildo**  
576 **Marques (MNDH)** agradeceu a palavra de todas e todas e que foi uma honra participar  
577 do CNDH. Disse que a conselheira Lurdinha que irá substituí-lo é uma pessoa muito  
578 afeta ao diálogo. Finalmente relatou que seu lema hoje é: para aqueles que nada  
579 acontece, para aqueles que nada conseguem, para aqueles não tem direito nenhum, para  
580 onde o direito não chega, que a democracia não chega, onde nada não chega, é pra eles  
581 que a gente tem que trabalhar. A conselheira **Ivana Farina (CNPB)** colocou como  
582 ponto de pauta seguinte a questão da violência contra os povos indígenas. O conselheiro  
583 **Adelar Cusinski (CIMI)** relatou o caso que trata da morte de um indígena no Mato  
584 Grosso do Sul e que no dia vinte dois do mês de agosto começaram as primeiras  
585 movimentações de criminalização do CIMI e da CNBB. Disse que existe um  
586 movimento incitando a população a atacar os índios e que esse tipo de ação aconteceu  
587 na Bahia, aconteceu no Amazonas, aconteceu no Rio Grande do Sul e agora está  
588 acontecendo também no Maranhão. Essas ações tem tido a participação de  
589 parlamentares. Lembrou as falas dos deputado Alceu Moreira, numa audiência pública  
590 no Rio Grande do Sul, e do deputado Carlos Heinze que incentivavam a violência.  
591 Disse que o que o CIMI tá pedindo é uma maior investigação sobre essa forma de agir,



## CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

sobre essas organizações, especialmente pelo CNJ e pela OAB. O conselheiro **Everaldo Patriota (OAB)** disse que a terra indígena Naderu-Maragatu foi homologada pelo ex-presidente, mas o processo foi suspenso por uma liminar concedida pelo Ministro Nelson Jobim no ano 2005. Desde então o processo aguarda o julgamento e está sobre a relatoria do Ministro Gilmar Mendes. Dessa forma, o Conselho poderia fazer um pleito ao ministro Gilmar Mendes. Sobre as falas dos deputados, questionou se haveria algum procedimento penal contra ao Alceu Moreira e Luiz Carlos Heinze. Quanto à atuação de uma advogada, se ela tiver atuando como fazendeira, a OAB não poderá fazer nada, trataria de liberdade de expressão. O conselheiro **Adelar Cupsinski (CIMI)** disse que as investigações tanto do Ministério Público quanto da Polícia Federal, demonstram a ligação dos grupos em diversos estados, como na Bahia, no Mato Grosso do Sul, no Rio Grande do Sul, no Paraná e no Maranhão. O conselheiro **Aurélio Rios (PFDC)** disse que quanto à questão do Mato Grosso do Sul, os colegas da Procuradoria do município de Dourados, Marco Antônio Delfino e Emerson Calife, de Campo Grande estão tomando as providências necessárias para a investigação e que disseram a ele que a situação melhorou um pouco, além do que a Polícia Federal também foi chamada para ficar de prontidão. Em relação às ameaças feitas no ano passado, durante a campanha eleitoral, especialmente pelo deputado Luiz Carlos Heinze, houve uma representação do Procurador Geral da República, que está realizando uma investigação a respeito. Informou que o deputado Luiz Carlos Heinze foi o mais votado no Rio Grande do Sul. Lembrou também da agressão à Juvena, uma índia Xacriabá no dia sete de setembro, em Montes Claros, sendo apresentada em vídeo. Disse que a dificuldade no combate a violência se agrava, pois os governadores, os deputados estaduais do Mato Grosso do Sul defendem o grupo dos latifundiários. As áreas demoram muito a serem reconhecidas, quando houve o reconhecimento, grande parte das fazendas já estavam consolidadas. Os juízes atualmente tendem a conceder mediadas processuais em favor dos fazendeiros. A conselheira **Ivana Farina (CNPQ)** disse que seria importante o Conselho cobrar do Ministro Gilmar Mendes sobre o processo de demarcação de terras dos índios Guarani-Kaiowa em Mato Grosso do Sul. O conselheiro **Paulo Maldos (SDH)** disse que foi desarticulada uma rede chamada de Resistência às Demarcações, que circulava dinheiro e armamento no fomento de milícias a nível nacional. O conselheiro **Thiago Garcia (SDH-)** disse que a região Nhandaru Maragatu foi identificada pela FUNAI como de território tradicional dos indígenas Guarani Kaiowá em 2001. Em 2005 foi homologada pelo presidente Lula e logo depois teve a decisão do supremo suspendendo a homologação. Quando houve o reconhecimento territorial gerou imediatamente uma expectativa de direito para os indígenas, que fizeram um processo legítimo para a retomada do território. Em 22 de agosto eles retomaram mais cinco fazendas. O núcleo da resistência dos fazendeiros é liderado pela família Ruiz, que tem como uma das principais lideranças a Roseli Ruiz. A Roseli que é antropóloga, tem se empenhado em falar que os antropólogos falseiam a realidade para garantir o território para os indígenas. No caso de Nhandaru Maragatu as ações dos fazendeiros para a retiradas dos índios das áreas de retomadas eram feitas na calada da noite, por equipes de segurança privada, por jagunços. Agora, as ações foram realizadas em plena luz do dia, após uma reunião na Fama Sul, acompanhados por uma força da polícia especial da Polícia Civil do Mato Grosso do Sul, que se chama DOF. A ação ocasionou a morte de um indígena. Devido ao tensionamento na região, foi expedido uma GLO –



## CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

Garantia da Lei e da Ordem, sendo enviadas forças do Exército e da Força Nacional. Disse que tem um grupo que está estudando como avançar na regularização fundiária da região e que a ideia é suspender as reintegrações e o MJ propôs aos indígenas que eles não fizessem mais nenhuma ampliação das retomadas enquanto tivesse esse processo de dialogo. O conselheiro **Aurélio Rios (PGR)** lembrou que quanto à questão da desocupação, uma das coisas que talvez ajude seria a aprovação da PEC 71, que prevê a possibilidade de indenização, porque muitas das pessoas alegam ter adquirido esses imóveis de boa fé, tendo inclusive a titulação formal. Disse que a FUNAI dava certidão negativa de que não havia índios na região. O conselheiro **Pedro Saldanha (MRE)** informou que os acontecimentos recentes em Mato Grosso do Sul chamaram a atenção da relatora especial da ONU sobre os direitos dos povos indígenas. A relatora Vitoria Lucia Tauli Corpuz formalizou a sua intenção de visitar o Brasil. Leu a carta enviada pela relatora que diz “Diante do convite permanente do Brasil a todos os procedimentos especiais, eu ficaria satisfeita se pudesse realizar uma visita de seguimento ao Brasil, eu confio que a visita é para examinar as questões relativas ao meu mandato e que ajudaria a identificar boas práticas, das quais outros países poderiam se beneficiar, assim como áreas que precisam melhorias, em relação às quais eu gostaria de fazer concretas recomendações, concretas e construtivas recomendações. O objetivo da missão seria dar seguimento as recomendações da visita oficial realizada pelo meu predecessor James Anhaia, em 2008 e, além disso, a luz das recentes e numerosas alegações recebidas com relação a situação de conflito de terra no estado do Mato Grosso do Sul, a missão facilitaria uma melhor compreensão das razões de fundo do conflito. Também permitiria a mim identificar áreas chaves, nas quais os meu mandato poderia prover área técnica aos vários setores envolvidos, incluindo o executivo, o legislativo e o judiciário assim com os povos indígenas “. A Vice-presidente do CNDH **Ivana Farina (CNPB)** disse que a primeira ação objetiva do Conselho seria realizar a reunião das comissões criadas e o envio dessa denúncia para a Comissão que trata da questão indígena. O conselho, por meio dessa Comissão, poderá se debruçar sobre o caso e promover a ida ao Supremo para verificar o andamento do processo, com um trabalho muito mais direcionado e objetivo. A comissão deveria escolher o seu coordenador e convidados. A Vice-presidente do CNDH **Ivana Farina (CNPB)** mostrou sua preocupação com a publicidade das ações do Conselho. Disse que, essa deliberação sobre a pauta indígena, por exemplo, deveria estar imediatamente no site, nas redes sociais, no twitter ou Facebook, de forma que os violadores dos direitos humanos e a população tenha conhecimento que o Conselho está tomando providências. Lembrou que a assessoria de imprensa da SDH antigamente vinha nas reuniões. A conselheira **Helena Barreto (INTERVOZES)** disse que inclusive, em outro momento já tinha se colocado à disposição de pensar um plano de comunicação para o Conselho, mas que para isso seria necessário ter pelo menos um servidor que possa executar esse plano. A Vice-presidente do CNDH solicitou a ajuda do conselheiro Paulo Maldos (SDH) para a articulação com a Assessoria de Comunicação da SDH. O conselheiro **Paulo Maldos (SDH)** disse que, juntamente com o Coordenador Geral do CNDH Cledisson Junior, poderiam construir uma memória da reunião de forma jornalística e colocar nos sites. A conselheira **Helena Barreto (INTERVOZES)** disse que no momento da plenária não haveria o acompanhamento de assessor de comunicação para escrever de forma jornalística. Uma assessora não poderá ter que ouvir toda a gravação para elaborar o



## CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

texto. O texto tem que ser feito logo após a Plenária e divulgado no mesmo dia. Em seguida a Vice-presidente do CNDH **Ivana Farina (CNPg)** colocou o próximo ponto de pauta que trata dos centros de referência em direitos humanos. O conselheiro **Leonildo Monteiro (MNPR)** pediu atenção aos Centros de Referência em Direitos Humanos, e a manutenção do envio de recursos pela Secretaria de Direitos Humanos. Disse que os Centros de Referência atendem vinte e oito seguimentos da população. A conselheira **Helena Barreto (INTERVOZES)** leu a nota de apoio aos centros de referência em direitos humanos. O conselheiro **Paulo Maldos (SDH)** disse que no caso do Rio Grande do Norte, o Ex-ministro Gilberto Carvalho esteve visitando o Rio Grande do Norte e apontou a renovação do convenio via Sesi. Após as alterações sugeridas pelos conselheiros a nota foi aprovada em forma de Moção de apoio aos Centros de Referência. A Vice-presidente do CNDH **Ivana Farina (CNPg)** apresentou a representante da ONG Artigo 19, Júlia Lima, que irá tratar sobre a questão à violência contra os comunicadores. A representante do Artigo 19 **Julia Lima** agradecer o espaço disponibilizado pelo Conselho para a apresentação das ações da ONG Artigo 19. Disse que a organização tem sede na Inglaterra e que está no Brasil desde 2007. Em seguida, apresentou o documentário que trata das violações que acontecem pelo exercício profissional dos comunicadores. Entre os casos apurados no período de 2013 a 2014, cerca de 60 % dos casos as investigações não avançaram e que 80% dos comunicadores que sofreram violações já haviam sofrido ameaças anteriores. Então seria muito importante pensar no sentido da prevenção e na denúncia de casos. Cobrou a criação do Observatório da violência contra Comunicadores, que foi uma das recomendações do Relatório Final do CDDPH. O conselheiro **Aurélio Rios (PGR)** parabenizou a apresentação da representante do Artigo 19 e lembrou que esteve na comitiva com a Ex-ministra Maria do Rosário, a conselheira Ivana Farina e o ex-conselheiro do CDDPH Tarcisio Dal Maso na audiência pública em Ipatinga que tratou do assassinato do jornalista Rodrigo Neto. Disse que a atuação do Conselho provocou uma resposta rápida do governo, de forma que o Governador de Minas imediatamente indicou um delegado de polícia de Belo Horizonte, que foi pra lá e conseguiu rapidamente elucidar o caso. Quanto à questão do Observatório disse que nos dias 23 a 25 de setembro haverá um seminário sobre a regularização e democratização da mídia que irá repensar em como a mídia tem atuado e como é que se pode regulamentar no sentido de proteção de direitos e contra a apologia à violência. A Vice-presidente do CNDH **Ivana Farina (CNPg)** relatou a representante do Artigo 19 que a Comissão de Direito a Comunicação e a Liberdade de Expressão foi criada formalmente e que a primeira reunião desta Comissão está agendada para acontecer durante o seminário nos dias 23 a 25 de setembro de 2015, com a participação da conselheira Helena Barreto e Carlos Magno, além do conselheiro Aurélio Rios. A conselheira **Ivana Farina (CNPg)** apresentou, em seguida, a representante do Sistema Nacional de Combate a Tortura, Carolina Castro. O conselheiro **Paulo Maldos (SDH)** ressaltou o histórico da cultura de tortura do estado brasileiro que vem desde o período da escravidão, de uma herança colonial. Em seguida, a tortura foi bastante utilizada nos períodos ditatoriais e se arraigaram nas práticas utilizadas nas delegacias de polícia. A coordenadora Geral do Sistema Nacional de Combate a Tortura **Carolina Castro** disse que a principal referência ainda quando se pensa em tortura são os locais de privação de liberdade, mas ela está para além desses locais. A tortura acontece desde a abordagem que é feita pelo



## CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

730 policial. É um crime que perpassa pela relação de poder, pela questão de uma cultura de  
731 violência e que exige ações multissetoriais. Então, não se poderia ater apenas às  
732 questões do judiciário. Relatou que no Brasil, as primeiras ações começaram no ano  
733 dois mil, com a visita do relator da ONU Nigel Rodley, que ajudou a criar as primeiras  
734 ações de prevenção e combate a tortura. Em dois mil e dois com o apoio do MNDH, a  
735 Secretaria de Direitos Humanos, na época vinculada ao Ministério da Justiça, lançou a  
736 campanha permanente para a prevenção da tortura. Os resultados da Campanha,  
737 juntamente com as conclusões do relator especial foram transformados e processados  
738 dentro de um documento chamado Plano de Ações Integradas de Prevenção e Combate  
739 à Tortura. O Plano foi lançado em dois mil e seis e revisado em dois mil e nove. O  
740 documento orienta à criação dos comitês e de mecanismos de prevenção e combate à  
741 tortura e também orienta na questão das campanhas, o que seria importante priorizar. O  
742 comitê é uma estrutura de colegiado com a maioria da sociedade civil ou então  
743 minimamente paritário. O comitê é um momento pra articular todas as ações de  
744 prevenção e combate à tortura com os diferentes entes. Já os mecanismos vêm do  
745 protocolo facultativo da ONU sobre a Convenção de Combate à Tortura de 2002, que o  
746 Brasil ratificou em 2007 e que faz inspeções de forma regular em estabelecimentos de  
747 privação de liberdade. O foco principal é que o mecanismo tenha um enfoque  
748 preventivo. O mecanismo apresenta recomendações de forma a corrigir rotinas ou  
749 outros procedimentos que favoreçam a ocorrência da tortura, por exemplo, o isolamento  
750 a cima de 15 dias já pode se configurar como tortura. Então, a proposta do sistema é  
751 institucionalizar a rede de prevenção de combate à tortura. O conselheiro **Rildo**  
752 **Marques (MNDH)** perguntou como será a reunião em outubro com os organismos de  
753 combate à tortura dos estados e como os estados que não tem a estrutura criada poderão  
754 participar. A representante do Sistema Nacional de Combate à Tortura **Carolina Castro**  
755 disse que existem 17 estados com comitês criados e sete mecanismos previstos por lei e  
756 somente dois funcionando, o de Pernambuco e o do Rio de Janeiro. Os estados que não  
757 tem comitês ou mecanismos serão chamados os representantes dos governos estaduais,  
758 o Ministério Público, tribunais de Justiça e Defensoria. A representante do Comitê  
759 Nacional de Prevenção e Combate à Tortura **Renata Studart** disse que o Comitê passou  
760 um tempo elaborando o seu Regimento Interno e que agora começou a acompanhar  
761 alguns casos como o da Veronica Bolina, o caso da fundação CASA e um caso no  
762 Maranhão em que a pessoa foi torturada na rua. O Comitê, como já apresentado  
763 anteriormente ao Conselho, também acompanha as ameaças às peritas do mecanismo  
764 estadual de Pernambuco. O Comitê se posicionou sobre o caso, emitiu uma nota pública  
765 e esteve presente no estado. O CNPCT espera que a violação seja apurada e que as  
766 pessoas que perpetraram essa violação sejam investigadas e responsabilizadas nos  
767 termos da lei. O conselheiro **Leonildo José (MNPR)** parabenizou as representantes pela  
768 apresentação e relatou que o seguimento da população em situação de rua tem sido  
769 sistematicamente torturado pelas polícias civil e militar. Sugeriu que o Comitê promova  
770 uma formação dos agentes de forma a capacitá-los na forma de atuar evitando a tortura.  
771 O conselheiro **Paulo Maldos (SDH)** disse que a existência do mecanismo tenciona com  
772 as práticas de tortura naturalizadas. Como ponto positivo teve-se a construção de um  
773 protocolo de segurança. No caso de Pernambuco, destacou o compromisso do Secretário  
774 de Segurança de Justiça e Direitos Humanos, Pedro Eurico que se comprometeu a  
775 acompanhar a próxima visita e monitorar a questão da punição do agente penitenciário.



## CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

776 O conselheiro **Everaldo Patriota (OAB)** disse que as ameaças aos membros do  
777 mecanismo não podem intimidar a ação do Mecanismo de Combate à Tortura e que  
778 continuem sua atuação utilizando o protocolo de segurança criado. A conselheira  
779 **Silvana Abramo (CNJ)** destacou a importância da agilidade e da resposta imediata, no  
780 caso de Pernambuco e disse que seria importantíssimo que o Sistema esteja articulado à  
781 Comissão da População em Privação de Liberdade. O conselheiro **Adelar Cupsinski**  
782 **(CIMI)** lembrou o caso trazido na Plenária realizada em Pernambuco em que foi  
783 relatado que as meninas em privação de liberdade eram abusadas sexualmente, tinham  
784 que cortar o cabelo bem curto para tentar impedir os abusos pelos agentes. A Vice-  
785 presidente do CNDH **Ivana Farina (CNPG)** informou que o caso da Maria Clara foi  
786 recepcionado pelo CNDH e que o caso está sendo acompanhado pelo promotor Marco  
787 Aurélio Faria e agradeceu a presença das representantes. Em seguida, A Vice-presidente  
788 do CNDH colocou em pauta a aprovação do texto sobre a reforma ministerial. Após as  
789 devidas alterações e acatadas as sugestões, a nota foi aprovada. Fim da 9ª Reunião  
790 Ordinária.